

Legislativo Federal

Assuntos Econômicos aprova isenção de IR para dois salários



Reunião deliberativa da Comissão de Assuntos Econômicos – 9/4/2024

Em reunião da **Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)** de terça-feira, 9/4, foi aprovado o **PL 81/2024**, de autoria do deputado José Guimarães (PT/CE), que reajusta a faixa de isenção de Imposto de Renda para contemplar pessoas que ganham até dois salários-mínimos.

Sob a relatoria do senador **Randolfe Rodrigues (Sem Partido/AP)**, a matéria teve parecer favorável para tramitação, para isentar aqueles que ganham até R\$ 2.259,20/mensal do pagamento Imposto de Renda (IR). Atualmente, esse limite está em R\$ 2.112,00.

O projeto de lei também reajusta os valores da parcela sujeita a alíquota zero de tributação dos demais patamares de renda, mas as faixas de cobrança de imposto acima daquela isenta permanecem idênticas às atuais, com exceção da de 7,5%.

Agora, a matéria segue para análise do Plenário, em regime de urgência.

Confira a [aqui](#) a sua redação.

SUMÁRIO

Assuntos Econômicos aprova isenção de IR para dois salários p. 1

Comissão de Juristas conclui anteprojeto de código civil p. 2

Infraestrutura aprova a individualização da conta de luz para residências multifamiliares p. 3

Câmara rejeita 17 vetos da revisão da Lei de Zoneamento p. 4

Privatização da Sabesp p. 5

Câmara aprova a doação de áreas no Centro da cidade ao governo paulista p. 6

Comissão de Juristas conclui anteprojeto de código civil



Comissão de Juristas que atualiza o Código Civil discute relatório final – 5/4/2024

Depois de oito meses e análise de mais de mil artigos, a [Comissão de Juristas, responsável pela revisão do Código Civil](#), concluiu na sexta-feira, 5/4, a votação das propostas de atualização da referida legislação. Desde segunda-feira, 1º/4, o grupo formado por 38 juristas promoveu um esforço concentrado sobre o texto do anteprojeto de lei.

Ao longo da semana passada, os membros da Comissão discutiram e aprovaram emendas ao relatório final apresentado pelos relatores, Rosa Maria de Andrade Nery e Flávio Tartuce, que aborda temas como sucessão, usucapião, herança, guarda e regras para desburocratizar a abertura de empresas.

Na última quinta-feira, 11/4, o colegiado faria uma reunião remota às 18h, para discutir e votar as disposições transitórias, as alterações de legislação correlata, a exposição de motivos e a redação final do anteprojeto.

Pelo [requerimento nº 238/2024](#), de autoria do presidente da Casa, **Rodrigo Pacheco (PSD/MG)**, aprovado no dia 10/4, os senadores debaterão na próxima quarta-feira, 17/4, a partir das 11h, o texto do anteprojeto de lei em sessão temática no plenário do Senado.



Rodrigo Pacheco, em sessão deliberativa do Plenário – 10/4/2024

Em entrevista aos veículos de comunicação do Senado Federal, o presidente da Comissão, ministro **Luis Felipe Salomão**, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), repudiou os ataques sofridos pelo colegiado, ressaltando que “o Código Civil não trata de aborto, nem tampouco da relação entre humano e animal”, e que é “fruto desse fenômeno moderno das notícias falsas que inclusive está sendo tratado pelo texto” do anteprojeto.

O Código Civil regula a vida do cidadão desde antes do nascimento e tem efeitos até depois da morte do indivíduo, passando pelo casamento, regulação de empresas e contratos, além de regras de sucessão e herança. É uma espécie de “constituição do cidadão comum”.



Luis Felipe Salomão, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em entrevista

Salomão apontou que enfrentar as fake news é um dos pontos da parte sobre direito digital que pretende adequar o Código Civil ao entendimento dos tribunais. O anteprojeto também trata do direito digital à intimidade, liberdade de expressão, patrimônio e herança digital, proteção à criança, inteligência artificial, contratos e assinaturas digitais.

Confira [aqui](#) o quadro comparativo das emendas e destaques ao texto final do anteprojeto.

Infraestrutura aprova a individualização da conta de luz para residências multifamiliares



Veneziano Vital do Rêgo, na leitura do Parecer do relator, durante a reunião da Comissão de Infraestrutura – 9/4/2024

A **Comissão de Infraestrutura (CI)** do Senado Federal aprovou na terça-feira, 9/4, o [PL 2077/2021](#), de autoria do senador Weverton (PDT/MA), que **permite a individualização da conta de luz em locais onde morem famílias de baixa renda.**

De acordo com a matéria, as distribuidoras de energia devem instalar gratuitamente medidores e outros equipamentos necessários para a individualização da medição do consumo de energia elétrica, quando solicitado, em residências multifamiliares de baixa renda. Os custos seriam cobertos pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo administrado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Apesar do senador Cleitinho (Republicanos/MG), relator da matéria, ter apresentado texto substitutivo, ele manteve as medidas previstas do texto original, com ajustes redacionais e de técnica legislativa.

A matéria segue para apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Confira [aqui](#) o texto substitutivo aprovado.

Legislativo Municipal

Câmara rejeita 17 vetos da revisão da Lei de Zoneamento



Sessão Plenária da Câmara Municipal de São Paulo - 10/4/2024

Em sessão ordinária, o plenário da Câmara Municipal de São Paulo votou na quarta-feira, 10/4, os vetos do Executivo Municipal ao texto do [PL 586/2023](#), que trata da revisão da Lei de Zoneamento.

A matéria sancionada na forma da [Lei nº 18.081](#), publicada no Diário Oficial do Município no dia 19 de janeiro de 2024, teve 58 pontos vetados. Na própria legislação, o Executivo apresentou as razões de veto.

Durante a sessão na Câmara, a votação foi dividida em duas partes:

- a primeira, pela rejeição de 17 pontos vetados, foi aprovada com 40 votos favoráveis e 9 contrários;
- a segunda, pela manutenção dos 41 pontos restantes, foi aprovada com 51 votos a favor e nenhum contrário.



Rodrigo Goulart durante a sessão deliberativa do Plenário – 10/4/2024

O vereador **Rodrigo Goulart (PSD)**, relator do PL da revisão da Lei de Zoneamento, disse respeitar o entendimento do Executivo, porém mantém a coerência dos debates promovidos ao longo da elaboração dos textos que trataram tanto da Revisão do Zoneamento quanto do PDE (Plano Diretor Estratégico), ressaltando os 17 foram derrubados na sessão.

Dos pontos rejeitados, o relator destacou dois:

- a possibilidade de incentivo dos edifícios conceitos, aqueles edifícios mais tecnológicos com medidas de sustentabilidade;
- a coleta de dados pela Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, para que possam ser usados no aperfeiçoamento das próximas legislações urbanísticas.

Após a aprovação, o presidente da Casa, o vereador Milton Leite (União), explicou que os vetos rejeitados seguem para promulgação do prefeito Ricardo Nunes.

Vetos mantidos

Entre os 41 vetos mantidos estão:

- a possibilidade de aumentar o gabarito para a construção de prédios mais altos nas Zonas Mistas (ZM) e de Centralidade (ZC). Com isso foi mantido os limites atuais de 28 metros nas ZM e de 48 metros nas ZC;
- a possibilidade do processo de tombamento de imóveis na cidade ter sua decisão final pela Câmara. Com isso, manteve a análise desse processo com Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp);
- a possibilidade de construir unidades de habitação social nas Zonas Especiais de Proteção Ambiental (ZEPAMs) e de Preservação e Desenvolvimento Sustentável (ZPDS), ficando proibida a produção de moradia popular nestas zonas.

Confira [aqui](#) o Parecer Conjunto das Comissões, apontando os vetos rejeitados, bem como os mantidos; [aqui](#) a íntegra das razões de veto do Executivo; e [aqui](#) a legislação sancionada.

Privatização da Sabesp

Na segunda-feira, 8/4, em reunião extraordinária da **Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (CCJ)** da Câmara Municipal de São Paulo, foi aprovado o [PL 163/2024](#), de autoria do Executivo, que possibilita a adesão da capital paulista à **privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp)**.

A proposta autoriza a Prefeitura a negociar, de forma individual ou por meio de arranjo regionalizado, a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de São Paulo.

Todo o processo de privatização se dará no âmbito estadual, conforme aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) e sancionado pelo governador Tarcísio de Freitas por meio da [Lei nº 17.853/2023](#). Porém, os municípios, que são atendidos pela Sabesp, devem autorizar a negociação. Assim, se tornou necessário que a cidade de São Paulo discutir a questão, principalmente, pelo fato de que quase 46% do lucro da companhia vir da capital paulista e a não adesão do município traria impacto negativo à privatização.

Audiências Públicas

Durante o encontro dos partidos no Colégio de Líderes na terça-feira, 9/4, o presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, vereador Rubinho Nunes (União), divulgou o calendário das audiências públicas que discutirão a proposta com a sociedade civil. Conforme o parlamentar, a Comissão de Política Urbana realizará cinco audiências, todas na Câmara Municipal:

- **15/04/2024 (segunda-feira), às 17 horas**
Plenário 1º de Maio – 1º andar e Auditório Virtual
- **17/04/2024 (quarta-feira), às 11 horas**
Salão Nobre – 8º andar e Auditório Virtual
- **18/04/2024 (quinta-feira), às 17 horas**
Plenário 1º de Maio – 1º andar e Auditório Virtual
- **22/04/2024 (segunda-feira), às 11 horas**
Salão Nobre – 8º andar e Auditório Virtual
- **24/04/2024 (quarta-feira), às 11 horas**
Salão Nobre – 8º andar e Auditório Virtual



Sidney Cruz, relator da matéria na Comissão de Política Urbana

O vereador Milton Leite (União), presidente da Casa, pediu para que ao menos duas audiências públicas sejam feitas fora da Câmara Municipal. Ele também entende que, com base nos estudos apresentados pelo governo estadual, a Prefeitura deve contratar uma empresa para analisar se o modelo econômico proposto é benéfico para a Capital.

Durante a reunião de Líderes, Milton Leite informou que o vereador **Sidney Cruz (MDB)** seria transferido para a Comissão de Política Urbana, que irá analisar a matéria e relatá-la. Sidney esteve à frente da Comissão Especial de Estudos Relativos ao processo de Privatização da Sabesp, criada na Câmara Municipal no ano passado para analisar a concessão da companhia à iniciativa privada.

Atividade Econômica

A Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica aprovou, na quarta-feira, 10/4, a realização de mais duas audiências públicas para discussão do PL de privatização da Sabesp, a serem realizadas em Guaianases e Cidade Tiradentes, zona leste da Capital. O requerimento foi elaborado pelo vereador Senival Moura (PT), presidente da Comissão.

Sabesp

A Sabesp é uma empresa pública do Estado de São Paulo, que detém 50,3% das ações da Companhia. Com a concessão, o governo deixaria de ser o acionista majoritário, ficando com uma porcentagem menor, entre 15% e 30%. A companhia atende a capital paulista e mais 375 municípios paulistas.

Câmara aprova a doação de áreas no Centro da cidade ao governo paulista



Sessão Plenária da Câmara Municipal de São Paulo - 10/4/2024

O **Plenário da Câmara Municipal** aprovou na quarta-feira, 10/4, em primeira votação, o [PL 200/2024](#), de autoria do Executivo Municipal, que **permite a Prefeitura doar áreas municipais localizadas no Centro da cidade para a instalação da futura sede governo do Estado**.

De acordo com justificativa da proposta, o objetivo é aprimorar a oferta de serviços públicos aos cidadãos, especialmente em relação à requalificação e revitalização da região central da cidade, a partir da transferência do Centro Administrativo do Governo de Estado para o Centro, unificando a estrutura predial da administração pública estadual.



Perímetro do projeto do Novo Centro Administrativo, lançando em 27/3/2024

O PL indica as quadras que serão doadas, localizadas nos arredores das avenidas Rio Branco e Duque de Caxias, bem como das ruas Guaianases e Helvetia. Também há áreas nas proximidades das alamedas Dino Bueno, Glete e Barão de Piracicaba. Juntos, os terrenos somam mais de 33,4 mil metros quadrados. Dentro deste perímetro também está o Parque Municipal Princesa Isabel, que permanecerá como parque, mas sob a administração do Estado.

Aprovada no mesmo em Congresso de Comissões, a matéria deve passar por audiência pública antes da sua votação final.

Confira [aqui](#) a redação da matéria; e [aqui](#) a coletiva de imprensa do Governo Estadual de lançamento do projeto Novo Centro Administrativo.